

HISTÓRIA PÓS-CONTATO E  
PROTAGONISMO DO POVO ÆWA

Post-Contact History of Æwa People.

Kamutaja Silva Æwa

## HISTÓRIA PÓS-CONTATO E PROTAGONISMO DO POVO ÃWA

### POST-CONTACT HISTORY OF ÃWA PEOPLE.

Kamutaja Silva Ãwa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta a história oral e bibliográfica a respeito do contato forçado do povo Ãwa, conhecido na literatura como Avá-Canoeiro e regionalmente como Cara-Preta, no ano de 1973, época da ditadura militar. Assim, como os parâmetros para retomada da terra ancestral Taego Ãwa. O objetivo deste é visibilizar a luta e o protagonismo das gerações que nasceram após o contato, mostrando os caminhos que traçam para alcançar o desejo de voltar para sua terra ancestral, tendo como base a história oral passada pelo líder e pajé Tutawa Jamagaky Tuagaky Wapoxire Jãegana Ãwa às gerações que nasceram após o contato, assim também como base o relatório de identificação da T.I Taego Ãwa, realizado pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues, que relata as atrocidades cometidas pelo do Estado Brasileiro contra o povo Ãwa (Avá-Canoeiro) e também o trabalho da historiadora Dulce Madalena Rios Pedroso "A Teia do Povo Invisível", que se desdobra desde da chegada dos invasores ao território dos Ãwa. Como contadora da história do meu povo Ãwa, me aproprio desse espaço para solicitar ajuda aos apoiadores da causa indígena por justiça aos erros do Estado Brasileiro cometido ao meu povo. Diante dessas ameaças aos direitos do bem viver dos povos indígenas, que foram conquistados com sangue de nossos ancestrais e do movimento indígena, sem o protagonismo fortalecido junto aos apoiadores, não será possível consolidar a demarcação da terra, e por isso se faz importante visibilizar essa história e trabalhar pela autonomia do nosso povo por meio da caneta e do papel.

**Palavras-Chave:** Avá-Canoeiro, contato forçado, demarcação de terra.

**ABSTRACT:** This article show the oral and bibliographic based history about the forced contact whit the Ãwa, knowed into the literature as Avá-Canoeiro and, regionally, as Cara-Preta (Black-Face), in the year 1973. Its objective is visualize the protagonism and struggle of that new generations who had borned after contact, showing the paths they persued the disire to came back to the ancestral land, after had lived for years as war captive. The arrival of two women wearing nacklace of coati teeth was the freedom door and the begining of the resumed of the usurped land, which was took for private interest at 1973. Based on oral history told by the leadership and xama Tutawa Jamagaky Tuagaky Wapoxire Jãegana Ãwa to the new generations, as well as the report made by Patricia Mendonça Rodrigues, anthropologist, about the Indigeous Land Taego Ãwa, in which she describe the

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: [brenasc13@mail.uft.edu.br](mailto:brenasc13@mail.uft.edu.br). <http://lattes.cnpq.br/2232830718431473>

atrociousness made by Brazilian State against Āwa people, and based on Dulce Madalena Rios Pedroso book “A Teia do Povo Invisível” (The Invisible People Web), who describe the Āwa as the people that resited the most the colonial invasion. As a historian of my Āwa people, I appropriate this space to request help from the supporters of the indigenous cause for justice for the mistakes of the Brazilian State committed to my people. Faced with these threats to the rights of well-being of indigenous peoples, which were won with the blood of our ancestors and the indigenous movement, without a stronger protagonism with supporters, it will not be possible to consolidate the demarcation of the land, and that is why it is important to make this visible history and work for the autonomy of our people through pen and paper.

**Key-words:** Avá-Canoeiro, forced contact, land demarcation.

## Introdução

**E**ste artigo apresenta a história oral e bibliográfica a respeito do contato forçado do povo Āwa, conhecido pela literatura como Avá-Canoeiro e regionalmente como Cara-Preta, no ano de 1973, época da ditadura militar. Apresenta ainda os parâmetros para a luta pela retomada da terra ancestral Taego Āwa.

A questão fundiária e o direito dos povos indígenas é uma luta travada há cinco séculos. E o meu povo Āwa foi negligenciado pelo Estado Brasileiro, seguindo os discursos e as ações da época colonial, assim como relata Elizângela Cardoso de Araújo Silva (2018, p. 482) quando se refere aos povos indígenas: “*A condição dos povos indígenas na realidade brasileira foi histórica e socialmente desprezada ou tratada com muito preconceito e violência.*” O processo de usurpação, do qual tratarei aqui, causado a meu povo Āwa nos colocou em extrema vulnerabilidade política, social e cultural.

Aprendi, de forma dolorosa com o processo da perda do território, a utilizar a escrita como “arco e flecha” e o movimento indígena como aprendizado (MUNDURUKU 2012). Os tempos mudaram, mas a necessidade dos povos originários

do Brasil permanecem a mesma. Por isso é preciso recuperar o que nos foi roubado. O parente, escritor Daniel Munduruku (2012), em seu livro “O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)” escreve uma carta aos povos indígenas tratando da importância dos indígenas assumirem a luta do movimento indígena. Dessa forma o povo *Ãwa*, do tronco linguístico Tupi, após 40 anos vivendo disperso em terras do povo *Javaé*, do tronco linguístico Macro-Jê, busca através dos trâmites legais recuperar o bem viver do povo, que é a terra.

O objetivo deste artigo é visibilizar a luta e o protagonismo das gerações que nasceram após o contato, mostrando os caminhos que traçam para alcançar o desejo de voltar para sua terra ancestral. Essa luta tem como base a história oral passada pelo líder e pajé Tutawa Jamagaky Tuagaky Wapoxire Jãegana *Ãwa* às gerações que nasceram após o contato. Também baseia-se no relatório de identificação da T.I Taego *Ãwa*, realizado pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues (2012), que relata as atrocidades cometidas pelo do Estado Brasileiro contra o povo *Ãwa* (*Avá-Canoeiro*) e também o trabalho da historiadora Dulce Madalena Rios Pedroso (1994) “A Teia do Povo Invisível”, que se desdobra desde a chegada dos invasores ao território dos *Ãwa*.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que cabe à Justiça Brasileira garantir ao povo *Ãwa* o direito de regressar para sua terra ancestral, conforme rege a Constituição Federal de 1988, pois a única reparação social é a devolução da T.I Taego *Ãwa* ao povo que vive a mais de 40 anos de forma marginalizada por outro povo e abandonado pelo próprio Estado Brasileiro, tornando, assim, um povo esquecido no Estado do Tocantins.

Diante do contexto histórico dos povos indígenas na luta pela terra, em especial o povo *Ãwa*, este artigo se desdobra em quatro momentos, *a) Martírio do povo Ãwa; b) O contato; c) Pós-contato; e d) Em memória de Tutawa.*

Aproprio-me deste context como contadora da história do meu povo *Ãwa*. Eu nasci em 1994, portanto 21 anos após o contato de 1973. Sou filha de Kawkamy *Ãwa* e de

Gildo Tuxá. Minha mãe é filha do líder Tutawa e ela vivia de maneira autônoma na região, quando foi capturada forçadamente pela frente de atração da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Fui alfabetizada na Fundação-Bradesco/Escola de Canuanã e estou sendo letrada no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins-UFT (que ainda estou cursando) descobrindo meu lugar no mundo e de fala.

Escrevo como forma de resistência para que meu povo continue existindo como ãwa e buscando ajuda dos apoiadores da causa indígena, clamando por justiça aos erros do Estado Brasileiro cometido ao meu povo.

## MARTÍRIO DO POVO ãWA

A história de sofrimento, perseguição, massacre, invasão e quase destruição do povo ãwa (Avá-Canoeiro) que marcou a literatura brasileira como o povo que mais resistiu ao colonizador (PEDROSO, 1994), começou quando os invasores chegaram ao Brasil Central no século XVIII. Este reconhecimento de bravura se deu a partir do crescimento dos investimentos em atividades agropastoris (PEDROSO, 1994), pois, os colonos encontraram um povo aguerrido, que preferiam a morte a se entregar aos inimigos defendendo seu território e a habilidade com que atacavam e retiravam-se pelo rio usando canoas como autodefesa, como canta-se na música "Canoa, canoa" de Milton Nascimento:

*Canoa canoa desce*

*No meio do rio Araguaia desce*

*No meio da noite alta da floresta*

*Levando a solidão e a coragem*

*Dos homens que são*

*Ava avacanoê*

*Ava avacanoê*

Meu povo defendeu bravamente o seu lar contra as invasões pois, além de sermos agricultores, coletávamos frutas, tubérculos, palhas, madeiras e mel (dentre outros) e caçávamos porcos selvagens, o qual é a caça mais apreciada, além de diversos tipos de outros mamíferos e aves. Devido aos conflitos constantes, a estratégia de sobrevivência frente à invasão e aos ataques foi a dispersão do povo, que reduziu a quantidade dos *Ãwa*, que também passaram a viver em acampamentos temporários na mata.

Alguns permaneceram na região das cabeceiras do rio Tocantins e outros se deslocaram rumo ao médio Araguaia. Conforme as memórias vivas de nosso líder Tutawa *Ãwa*, que nasceu no médio Araguaia, vivendo em uma gruta ao norte da Ilha do Bananal, nas margens esquerda do Araguaia (Rodrigues, 2012, 2013, 2019), nosso povo obteve alguns anos de paz, podendo assim, construir roças e caçar na Ilha do Bananal.

As caçadas eram realizadas no interior da ilha e, durante elas, haviam conflitos com os *Inỹ* (Javaé e Karajá), pois a Ilha do Bananal é território desses povos de língua do tronco Macro-Jê. Esses conflitos tornaram o nosso povo *Ãwa*, de língua do tronco Tupi, e os povos *Inỹ*, inimigos históricos.

Novamente com a chegada dos não indígenas ao território do meu povo, *Wagôgo* *Ãwa* (meu bisavô), um grande xamã, liderou o povo para dentro da Ilha do Bananal. Com o deslocamento, acabou assassinado por um vaqueiro. Após sua morte, Tutawa Jamagaky Tuagaky Wapoxire Jãegana *Ãwa* tornou-se o novo líder, pois a liderança de cacique passa de geração a geração, patrilateralmente, ou de pai para filho, à semelhança do que ocorre com os povos Tukano (LEIRNER, 2018).

O jovem líder e pajé Tutawa (meu avô) esforçou-se muitas vezes para retornar para a gruta onde cresceu, mas estava impossível, uma vez que a região fora tomada pelos invasores, conforme minha mãe, Kawkamy, relata até hoje.

Portanto, foram mais uma vez obrigados a se deslocarem, desta vez para a região sul, no vale do rio Javaés, dentro e fora da Ilha do Bananal, até se estabelecerem na Mata Azul e Capão de Areia, região do município de Formoso do Araguaia.

No novo território Tutawa ãwa (meu avô) construiu família, mas nunca teve a paz de quando viviam na gruta no médio Araguaia quando era criança. O país estava passando por um período turbulento. O Brasil estava sendo governado por militares e meu povo foi obrigado a permanecer na região da Mata Azul, dentro da Fazenda Canuanã, pois a região estava tomada de fazendas e não tinha mais para onde fugir.

A fazenda pertencia a rica família Pazzanese, que havia expulsado os Javaé para dentro da Ilha do Bananal. Nesse período de ditadura, o governo apoiava a ocupação e expulsão dos indígenas do território em nome do “progresso” (RODRIGUES, 2019).

Com a impossibilidade de manter as práticas de roça, nosso povo deixou de ser agricultor desde a década de 1930 e, com a chegada dos invasores ao médio Araguaia, passaram a ser caçadores e coletores de frutos silvestres. Com a perseguição e invasão, os ãwa foram obrigados a viver em acampamentos, deixando de construir aldeias. Com a mudança de vida do povo, os não indígenas, de forma racista e preconceituosa, passaram a nos chamar de "nômades" (RODRIGUES, 2019).

Para permanecerem vivos e serem invisíveis aos olhos do homem branco, meus ancestrais passaram a se movimentar no território à noite. E, durante o dia, se aquietavam em lugares escondidos e estratégicos. As crianças foram proibidas de brincar e as mães cuidavam do choro, pois atraía os não indígenas ao acampamento, conforme minha mãe ainda sofre ao se lembrar.

As perseguições na região ocorriam de forma gloriosa para os brancos (ROCHA, 2002: 35). Fazendeiros pagavam aos caçadores de índios por cabeça e aos cachorros, como forma de recompensa, eram dados os órgãos dos que eram mortos (RODRIGUES, 2012, 2013). Com o cerco dos não indígenas aos ãwa, no nosso povo passou a abater o gado e

os equinos dos fazendeiros para se alimentar, suprindo a escassez da caça, que não era mais possível.

Sempre que abatiam um animal (gado ou equino) os brancos se vingavam, atacando os acampamentos provisórios feitos de tapiris. A presença do nosso povo nesse território perturbava os proprietários da Fazenda Canuanã que haviam recebido do Bradesco ameaças de cancelar os investimentos do programa educativo e social se houvesse presença de índios na área (RODRIGUES, 2012, 2013).

Com ajuda da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que era administrada por militares, a Fazenda Canuanã, além de receber a “certidão negativa” da FUNAI, constatando a inexistência da minha família, por meio de decisão desse órgão indigenista teve o privilégio de obter o cancelamento do contato pacífico que estava sendo realizado pelo sertanista Israel Praxedes Batista, que havia proposto duas alternativas:

*a)* Fazer a demarcação da área para meu povo já que o mesmo havia feito o estudo da área e tinha conhecimento dos locais de uso do grupo. Porém esta proposta não foi aceitável, pois a fazenda Canuanã e outros tinham receio de perder o território da fazenda (território este que foi invadido e financiado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia [SUDAM] na época da ditadura).

*b)* Transferir nosso povo Æwa do Araguaia para uma região localizada próximo ao município de Cavalcante - GO, juntamente ao um grupo que estava passando pelo processo de contato da frente de atração.

Os trabalhos de Praxedes foram contestados e ele foi logo substituído pelo jovem sertanista José Apoena Meireles, pois o objetivo da frente de atração, em relação ao meu povo do médio Araguaia, era tirá-los do seu único refúgio, tirar o grupo de sobreviventes de vários massacres para atender à necessidade econômica de interesses privados. E, assim, o sertanista Apoena Meireles atendeu os interesses privados, caçando meu povo na T.I

Taego Æwa, invadindo conforme ilustram a imagens I, 2 e 3 (adiante) o acampamento dos Æwa (RODRIGUES, 2012, 2013,).

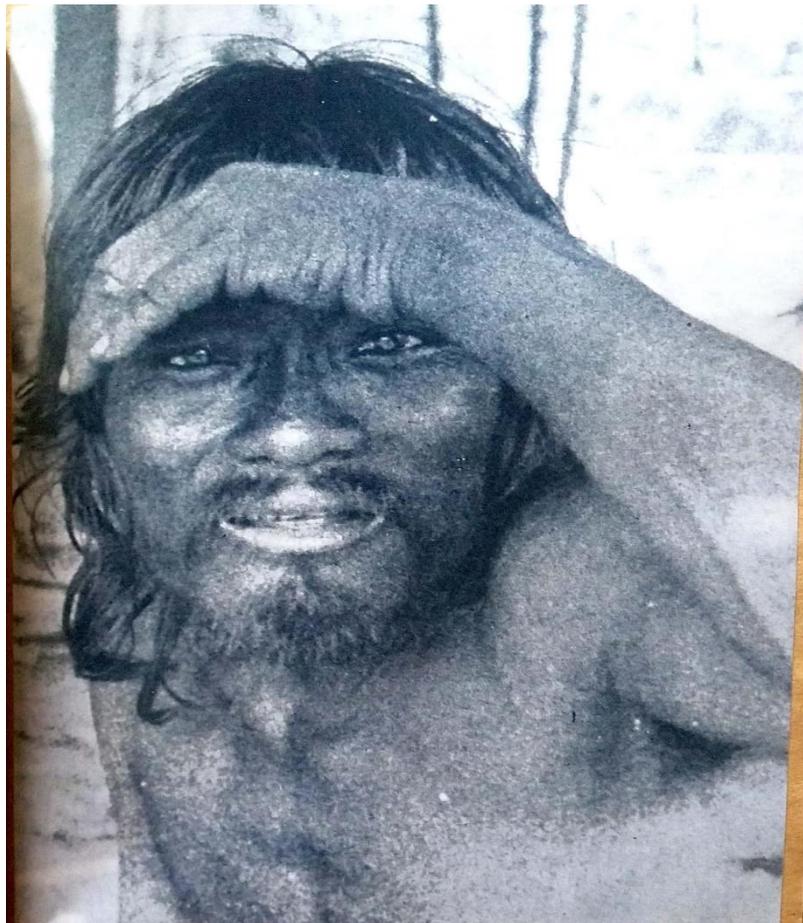


Imagem 1: Tutawa Æwa após o contato forçado de 1973

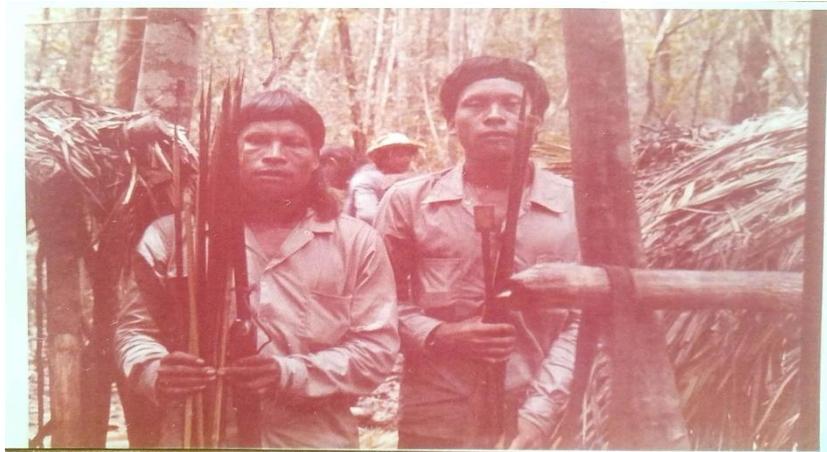


Imagem 2: Xavantes no acampamento da minha família na T.I Taego ãwa



Imagem 3: Tuxi ãwa e Kawkamy ãwa

## O CONTATO

O ano era 1973 e a época era chuvosa. Minha família passou por uma ação da frente de atração forçada e violenta, coordenada pelo sertanista José Apoena Meireles acompanhado de indígenas, sob consentimento da FUNAI militarizada. O contato foi publicado no noticiário do jornal "O Globo" (imagem 3).

Conforme as memórias dos sobreviventes, Apoema e sua equipe entraram no acampamento da minha família atirando, soltando foguetes e, nessa entrada de surpresa, Tuxi (meu tio avô) reagiu atingindo o nariz de um Xavante com uma flecha. Mesmo assim o cerco continuou com os brancos soltando fogos e dando tiros para apavorar minha família.

Do grupo que chegou na chamada Mata Azul, as pessoas que estavam no acampamento eram Kawkamy Āwa (minha mãe), seu pai Tutawa Āwa (meu avô), Watumy Āwa, Tuxi Āwa (meu tio avô), Agaék Āwa (meu tio), Juaga Āwa (meu tio), Tuakire Āwa (minha tia avó), Typyire Āwa (prima), Kapoluaga Āwa, Agapik Āwa e Kaganego Āwa (minha tia avó), conforme Rodrigues (2012, 2013).

O sertanista capturou Watumy, esposa de Tutawa e o filho de colo Juaga, os mais frágeis do grupo. Tutawa entregou-se devido a condição da esposa e do filho caçula. Com a rendição de Tutawa, Tuxi e Kawkamy se entregaram. O restante da família conseguiu fugir. Dos que fugiram, Typyire Āwa havia sido atingida pelos tiros disparados pela frente de atração e morreu logo depois.

Amarrados e sob ameaça dos Xavante, parte do grupo foi levada para a Fazenda Canuanã. Quando chegaram foram colocados dentro de uma casa cercada de arame farpado, numa exposição de exibição e a notícia se espalhou de que os indígenas haviam sido pegos e todos da região vieram ver os temidos Cara-Pretas, conforme ilustram as imagens 4 e 5.



Imagem 4: Exposição da minha família na Fazenda Canuanã  
Foto: Klaus Gunther 1973.



Imagem 5: Exposição da minha família

Com a condição de capturada, Watumy propôs ao grupo fugir, mas não foi possível, pois estavam sendo vigiados o tempo todo. Agora o objetivo da FUNAI era contactar o grupo que havia permanecido no território. Tutawa, que havia compreendido que ficaria

com o território se colaborasse com o contato dos demais da família, conseguiu trazer os demais para a fazenda Canuanã.

No ano de 1974 após o contato, por não saberem o que fazer com o nosso povo, começaram a permitir que os Āwa acampassem na Mata Azul, e em outros momentos no Capão de Areia, mas sempre sob vigilância dos soldados indígenas da GRIN (Guarda Rural Indígena) do povo Inỹ/Javaé, conforme a imagem 6.



Imagem 6: Soldado Indígena da GRIN

Então, receberam ordem da FUNAI para transferir os Āwa para a aldeia Canoanã dos Javaé, uma vez que a fazenda Canuanã não se responsabilizaria pelos cuidados da minha família. Nisso alguns morreram de doenças para as quais não tinham imunidades. Ainda nos resta a incógnita sobre o destino do Kapoluaga. Até hoje há questionamentos, pois achamos que foi assassinado, após o contato. A foto dele aparece no primeiro boletim

oficial da FUNAI, mas não há nenhuma menção no segundo boletim. Meses depois, ao desaparecimento de Kapoluaga, Tuxi (imagem 3) teria falecido de pneumonia em Goiânia e o seu corpo nunca retornou para a família. Isso causou muita desconfiança e medo ao meu povo de tomar qualquer decisão em suas vidas, pois tinham certeza que todos seriam mortos.

Desde então, passamos a viver em terras estranhas dos nossos inimigos históricos, (vejam as imagens 7 a 10). Há que se mencionar que, apesar das grandes humilhações e de viver de forma marginalizada em suas terras e aldeias, nunca nos expulsaram.

Fomos esquecidos pelo Estado e nossos direitos adormecidos, como se a nossa existência não passasse de lenda.



Imagem 7: Apoena Meireles e Tutawa. Foto: Mario Chimanovitch, 1973



Imagem 8: Kawkamy Āwa na aldeia Canoanã dos Javaé



Imagem 9: Tutawa Jamagaky Tuagaky Wapoxire Jãegana Āwa na aldeia Canoanã dos Javaé



Imagem 10: Da esquerda para a direita: Jatema Silva ãwa segurando Kamutaja Silva ãwa, Tuakire ãwa, Kupere Silva ãwa (com o cachorrinho) na aldeia Canoanã dos Javaé

## PÓS-CONTATO

Os ãwa (Avá-Canoeiros), que ficaram conhecidos na literatura como o povo que mais resistiu ao colonizador no século XVIII, ainda resistia como povo Tupi e a esperança de um dia regressar para a casa de onde fomos capturados e expulsos, reacendeu quando tivemos a oportunidade de conhecer a antropóloga Patrícia de Mendonça e a ambientalista Luciana Ferraz, que tiveram a coragem de propor ao povo Javaé de incluírem os ãwa no estudos sobre uma terra de ocupação tradicional do povo Javaé no entorno da Ilha do Bananal.

Durante o trabalho as pesquisadoras observaram a fragilidade e a necessidade de estarmos em nosso território, que era compartilhado historicamente com os Javaé, bem como o tratamento marginalizado que recebíamos como povo distinto. No caso dos estudos ambientais, meu tio Agaéky foi indicado para acompanhar a ambientalista em

campo, pois tinha grande conhecimento do assunto e a fama de corajoso, sendo referido como o “doido que matou uma onça com o machado”, uma forma admirável devido a capacidade de ter matado um animal feroz.

O grupo de trabalho (GT) nomeou a terra em estudo como Terra Indígena Javaé/Avá-Canoeiro e, posteriormente, obtiveram autorização junto à FUNAI para a constituição de um GT de uma terra exclusiva para nosso povo Āwa, que foi nomeada posteriormente como Terra Indígena Taego Āwa. Quando o GT foi aprovado, todos ficaram dispostos e determinados a relatar os ocorridos de quando viviam na T.I Taego Āwa.

O estudo do GT teve início em 2009 com o levantamento da ambientalista Luciana Ferraz e da antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues, que escreveu o Relatório de Identificação e Delimitação da T.I. Taego Āwa, com a versão inédita até então da história narrada por nós.

Agaéky Āwa (meu tio), devido a condição em que o estado brasileiro deixou o nosso povo, abandonados na terra de outro povo, acabou tendo problemas psicológicos em função da traumatização psicossocial do massacre (GONÇALVES, 2017), que o levou a viver uma vida de sofrimento, sempre calado e sem interação com as pessoas e com uso abusivo de bebida alcoólica. Mas, durante todo o processo de estudo do GT, toda a família lembra que ele permaneceu sóbrio. E, com muito entusiasmo e gratidão, contava as histórias que viveu na T.I Taego Āwa, juntamente com a minha mãe Kawkamy e meu avô Tutawa e o imenso desejo de retornar.

Durante o reconhecimento do território, o líder Tutawa Āwa (meu avô) deu o nome da terra de Taego Āwa em homenagem a uma de suas esposas que é a mãe de minha mãe Kawkamy e, assim, a geração que nasceu após o contato absorvia todos os saberes do líder Tutawa, fortalecendo a autonomia do povo e a identidade Āwa (MARTIN-BARÓ,

2009), contra os preconceitos e racismo de uma visão que nos colocava no lugar de "aculturados" .

A partir do relatório de identificação e de nossa necessidade de divulgar ao mundo não só a existência dos *Ãwa*, ou *Avá-Canoeiro*, como o povo que mais resistiu ao colonizador, queríamos mostrar a dívida histórica do Estado Brasileiro e as injustiças ao nosso povo, assim como a luta pela demarcação da T.I Taego *Ãwa*

Com a ajuda do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) o povo *Ãwa* começou a ter representatividade política no movimento indígena. No ano de 2014, com nossa participação, os cineastas Marcela Borela e Henrique Borela, construíram um longa-metragem lançado em 2017, com o nome Taego *Ãwa*<sup>2</sup>, contando a história do contato, ajudando a desconstruir os fatos contados pelos boletins oficiais do ano de 1973 e o nosso desejo de voltar para T.I Taego *Ãwa*, exatamente como descreveu a antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues no relatório e as memórias dos sobreviventes da violência do contato.

A partir dos passos que tomamos no processo de demarcação, o relatório sobre a nossa trágica história foi divulgado na Comissão da Verdade, em que teve destaque como um dos casos mais emblemáticos. Também na Comissão de Direitos Humanos do Senado, na 6ª Câmara do MPF, na Comissão de Anistia, em espaços acadêmicos e junto a ONGs como o CIMI, que apoiou a nossa causa desde o início. O relatório também foi encaminhado ao Ministério Público Federal do Tocantins (MPF-TO), que deu início a ações judiciais de reparação e pela demarcação da terra indígena.

Um dia antes do golpe sofrido pela Presidente Dilma Rousseff, foi publicado no diário oficial da união<sup>3</sup> que o Ministro da Justiça Eugênio José Guilherme de Aragão havia

---

<sup>2</sup> <https://www.vitrinefilmes.com.br/filme/taego-awa/>

<sup>3</sup> [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22805509/doI-2016-05-12-portaria-n-566-de-II-de-maio-de-2016-22805458](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22805509/doI-2016-05-12-portaria-n-566-de-II-de-maio-de-2016-22805458)

assinado a portaria declaratória da T.I Taego ãwa de posse permanente do povo Avá-Canoeiro.

No dia da feliz notícia meus irmãos estavam fazendo um curta metragem “Tutau Itamy Filme<sup>4</sup>” filme que foi feito em homenagem ao nosso avô Tutawa, que temos como referência de resistência e estará sempre vivo em nós e nas gerações que virão.

Hoje temos a certeza de que mesmo com a ausência física dos nossos ancestrais e de nossos familiares, como Tutawa (in memoriam), Agaék (in memoriam), Tuxi (in memoriam), Juaga (in memoriam) e os demais como Watuma, Typyire, Kapoluaga, Agapik, Kaganego, nós os levaremos em espírito para T.I Taego ãwa. Quando o Estado Brasileiro cumprir seu papel social para com nosso povo, que teve seu bem viver danificado, causando uma guerra psicológica (MARTIN-BARÓ, 1988) nos ãwa, garantir nosso retorno como rege a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 231 que estabelece: "*São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*". Somente então deixaremos de combater essa luta

## EM MEMÓRIA DE TUTAWA

Em 2020, ainda sem nossa terra demarcada, nosso povo decidiu criar, por sugestão do CIMI, a Comissão Memória de Tutawa, que é uma rede de apoiadores da causa ãwa que pudesse fortalecer a visibilidade das nossas pautas e articular, pressionar e mobilizar junto conosco pela conclusão do processo de demarcação. Os netos de Tutawa, como eu Kamutaja, o cacique Wapoxire Silva ãwa, Typyire Silva ãwa, Jãtema Jawa S. ãwa, Kupere

---

<sup>4</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=AIh9B6J0C4c>

Silva ãwa e Tuguimy ãwa participam da Comissão juntamente aos apoiadores, que podem acompanhar nossas reuniões com o MPF, sugerir ações, organizar atividades nas universidades e demais espaços relevantes para o controle das políticas públicas, além de contribuir com divulgações e arrecadações.

Por ser a única a morar na cidade, fui escolhida como articuladora dessa comissão, buscando novos apoiadores e apoiadoras, participando de reuniões com as instituições, escrevendo projetos e submetendo as propostas de trabalho em editais nacionais e internacionais.

Foi por meio da Comissão que conseguimos apoio de infraestrutura para a perícia antropológica que ocorreu em julho de 2021, a pedido da justiça mediante questionamento dos atuais ocupantes da área sobre a validade do laudo antropológico do GT de identificação.

Foi um momento muito tenso pois tivemos que conviver com representantes dos fazendeiros e assentados por dias. Foi também um desafio reunir todos os ãwa na aldeia Boto-Velho na Ilha do Bananal, além de prosseguir o processo de demarcação com ausência de Tutawa (meu avô) e Agaéky (meu tio). Mas consistiu também em momento único de encontro entre a família e com muitas aprendizagens, pois nos reunimos todas as noites para avaliar as atividades do dia.

Na perícia foi possível ouvir novamente alguns relatos. E isso foi muito bom para me fortalecer como uma líder que sabe da história de seu povo e luta por ele. Assim como para os mais novos aprenderem e vivenciarem com mais profundidade a nossa cultura e memória.

Hoje seguimos na Comissão, pois mais do que nunca com a pandemia, tem ficado cada vez mais insuportável estar em uma terra alheia e não ter autonomia nem mesmo para se proteger contra uma doença.

A constituição de 1988 previu o prazo de cinco anos para demarcar todas as terras indígenas no Brasil. Isto também foi previsto no Estatuto do Índio, em 1973. O processo da nossa terra ancestral deu início em 2012, nosso líder Tutawa (meu avô) faleceu em 2015 e a portaria declaratória da T.I Taego ãwa foi publicada em 2016. Após cinco anos da portaria declaratória, buscamos meios de fortalecer nossa luta e não deixar o processo da T.I Taego ãwa adormecer.

Após a portaria declaratória a FUNAI, por meio do MPF realizava-se, até 2019, o levantamento fundiário dos atuais ocupantes da terra em demarcação. Mas esse processo foi paralisado devido a morosidade dos servidores que executavam o levantamento. O discurso utilizado era concluir o levantamento após as férias de julho, com a demora veio a época da chuva e não puderam concluir o processo devido alguns locais que ficaram inundados.

Com a pandemia em 2020 a FUNAI não pode concluir o levantamento fundiário. Somado a isso, com o governo atual antiindígena que militarizou a FUNAI, fortaleceu o Projeto Lei 490<sup>5</sup> e a tese do Marco Temporal paralisando qualquer possibilidade de demarcação de terras.

Este Projeto de Lei 490 tira da Funai a autonomia de fazer demarcações de terras indígenas, assim como permite rever terras já demarcadas. A tese do marco temporal utiliza uma tese de que os povos indígenas que não estivessem em suas terras no dia 05 de outubro de 1988, ano da promulgação da constituição, não terão direito de reivindicar as áreas que um dia foram roubadas, desconsiderando o histórico fundiário do país e a violência contra os povos indígenas.

---

<sup>5</sup>

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=4C5584A67AAA8DD7288C7BE00C3B0063.proposicoesWebExterno2?codteor=583535&filename=Avulso+-PL+490/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4C5584A67AAA8DD7288C7BE00C3B0063.proposicoesWebExterno2?codteor=583535&filename=Avulso+-PL+490/2007)

Diante dessas ameaças aos direitos do bem viver dos povos indígenas, que foram conquistados com sangue de nossos ancestrais e do movimento indígena, sem o protagonismo fortalecido junto aos apoiadores, não será possível consolidar a demarcação da terra. E por isso se faz importante visibilizar essa história e trabalhar pela autonomia do nosso povo por meio da caneta e do papel.

Para finalizar, quero dizer que sou neta de Tutawa e filha de Kawkamy, os sobreviventes de várias perseguições e do contato forçado a década de 70. Devo seguir honrando meus ancestrais, buscando justiça na tentativa de amenizar os impactos sociais, culturais e psicológico deixados ao meu povo como herança maldita pela ganância do homem branco.

## REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Bruno Simões. 2017. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso do Reformatório Krenak. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 37 (spe)

LEIRNER, Piero. 2018. “Contração, Expansão e a Dialética do Parentesco Tukano”. *Anuário Antropológico*, v. 43, n. 1, p. 123-154. Brasília: UnB.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. 1988. De la guerra sucia a la guerra psicológica: El caso de El Salvador. Em A. Aron (Org.), Fuga, exilio y retorno: La salud mental y el refugiado (pp. 02-22). San Francisco: CHRICA

\_\_\_\_\_. 2009. Para uma psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR, F. (orgs.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da Libertação*. Campinas: Alínea Editora. p.181-197.

MUNDURUKU, Daniel. 2012. *O caráter educativo do Movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. 1994. *O povo invisível*. Goiânia: UCG.

RODRIGUES, Patricia Mendonça. 2012. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Taego Áwa*. Brasília: FUNAI.

\_\_\_\_\_. 2013. “Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativoiro”. *Anuário Antropológico 2012/I*: 83-138. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

\_\_\_\_\_. 2019. O caso dos Avá Canoeiro do Araguaia: racismo como naturalização do humano. ABANT, 2016.

\_\_\_\_\_. 2019. Possibilidades de reparação e justiça para os Avá-Canoeiro do Araguaia a partir da memória e da verdade sobre o que não se quer lembrar. *CAMPOS V.20 N.2 JUL.DEZ*.

\_\_\_\_\_. 2019 “Possibilidades de reparação e justiça para os Avá-Canoeiro do Araguaia a partir da memória e da verdade sobre o que não se quer lembrar”. Curitiba, *CAMPOS V.20 N.2 jul/dez*.

\_\_\_\_\_. 2021. Ava-Canoeiro. Verbete Povos Indígenas no Brasil. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%80-Canoeiro>

ROCHA, Jeniffer Alves. 2002. *Memória e Esquecimento. A História dos Ava-Canoeiro no Tocantins*. Porto Nacional, UNITINS (Monografia de especialização em História Social).

SILVA, Elizângela C. de A. 2018. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez